

O Imperialismo hegemônico e o Subimperialismo brasileiro: diagnóstico e alternativas.

Mathias Seibel Lucer.

Cita:

Mathias Seibel Lucer (2007). *O Imperialismo hegemônico e o Subimperialismo brasileiro: diagnóstico e alternativas*. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/893>

O imperialismo hegemônico e o subimperialismo brasileiro: diagnóstico e alternativas

Mathias Seibel Luce

1. Introdução

2. A categoria da cooperação antagônica: elo decisivo da tese do subimperialismo

3. Operacionalizando a *cooperação antagônica*

4. A estratégia dos EUA para a América Latina e a política externa brasileira face a ela

5. A cooperação antagônica na atualidade e o novo subimperialismo

6. Alternativas para a América Latina

1.Introdução

Após duas décadas de hegemonia neoliberal, a América Latina começa a experimentar um novo ascenso do movimento de massas, tendo como eixo comum a luta pela recuperação dos recursos naturais e a resistência ao imperialismo, sobretudo o estadunidense – como demonstram alguns exemplos notórios:

- na Venezuela, o processo bolivariano derrotou uma tentativa de golpe respaldada por Washington em 2002 e segue em frente com a política de reapropriação da renda petroleira pelo Estado;
- na Bolívia, o governo de Evo Morales – sob a pressão do movimento popular – avança na retomada do controle do gás e na busca por sua industrialização, depois de o projeto de exportá-lo *in natura* para os EUA ter sido vencido por uma insurreição em 2003;
- no Equador, a eleição de Rafael Correa confere uma voz no terreno institucional ao espectro de forças que integrou a batalha popular contra os interesses da transnacional petroleira Oxy, de capital estadunidense;
- no México, a mobilização multitudinária da *Otra Campaña* e a auto-organização em Oaxaca rechaçam a dominação exercida pelo Estado e suas instituições e afirmam um projeto do povo indígena, camponês e operário – seja contra a superexploração das *maquiladoras*, o ímpeto de apropriação das terras consolidado pelo TLCAN ou a política securitária de Washington do ASPAN.

Em vários dos países latino-americanos onde essas lutas vêm se intensificando, chama atenção que, ao lado das consignas contra o imperialismo estadunidense, proliferam-se palavras de ordem contra o subimperialismo brasileiro. Para citar alguns exemplos, o termo foi utilizado para criticar a atuação da Petrobras na Bolívia (EL JUGUETE RABIOSO, 2005); o projeto IIRSA, de integração da infra-estrutura sul-americana liderado pelo BID e pelo governo brasileiro (ZIBECHI, 2006); e a missão militar da ONU no Haiti, chefiada pelo exército do Brasil (FILS-AIMÉ, 2004). A recente aliança de Lula e Bush em torno do etanol pôs ainda em maior evidência a necessidade da reflexão sobre o caráter que preside as relações entre o Brasil e o imperialismo dos EUA neste período.

Se há, por um lado, a percepção de que o Estado brasileiro exerce hoje uma política subimperialista, o estudo acadêmico sobre o fenômeno do subimperialismo na atualidade é ainda um desafio para os investigadores. A tese do subimperialismo remonta-se aos escritos dos anos 60 e 70 de Ruy Mauro Marini, formulada no marco das reflexões que deram corpo à Teoria Marxista da Dependência. Seu foco foi explicar a entrada do Brasil, a seu modo dependente e subordinado, à etapa da exportação de capital e do controle de matérias primas e de fontes de energia no exterior, processo que se deu de forma associada à política de hegemonia mundial levada a cabo pelos EUA, embora com contradições (MARINI, 1977; 1980). O resgate dessa tese, em nossos dias, parece-nos tarefa imprescindível para o desvelamento da malha de relações de poder que dão sustento à dominação imperialista no continente. Este será o objetivo deste texto.

Nossa apresentação será dividida em três seções, além desta introdução. Partiremos de uma breve explicitação das idéias principais da tese de Marini – com destaque para o conceito de *cooperação antagônica*, categoria de análise que terá centralidade neste trabalho. Por essa razão, será proposta uma escala a fim de torná-la mais operacional. Em seguida, confrontaremos a estratégia dos EUA para a América Latina com a política externa do governo Lula da Silva, a fim de verificar os pontos de convergência e dissensão entre suas agendas. Nesse percurso, esperamos poder avaliar a vigência da tese do subimperialismo. Por fim, apontaremos algumas alternativas de desenvolvimento para os povos latino-americanos, cujo sucesso dependerá da superação, a um só tempo, do imperialismo hegemônico e do subimperialismo brasileiro.

2.A categoria da cooperação antagônica: elo decisivo da tese do subimperialismo

A tese do subimperialismo surgiu no transcurso do debate pós-Segunda Guerra Mundial, quando o advento de atores intermediários complexificava as relações internacionais de poder. Enquanto correntes de pensamento como a teoria clássica do desenvolvimento econômico cunhavam conceitos como *Novos Países Industrializados e potências emergentes*, supondo atingível a condição dos países capitalistas centrais, Marini debruçava-se na questão desde uma perspectiva marxista, examinando o capitalismo como totalidade social.

Suas reflexões sobre o intercâmbio desigual, que se notabilizariam em *Dialética da Dependência* (MARINI, 1973), eram agora aplicadas à política mundial, transpondo a teoria do valor-trabalho à esfera das relações internacionais. Para alcançar este fim, Marini buscou operacionalizar o conceito de intercâmbio desigual para o nível dos Estados nacionais, estabelecendo o coeficiente manufatureiro no Produto Interno Bruto (PIB) como indicador de sua posição na divisão internacional do trabalho. Os centros intermediários da acumulação mundial teriam uma composição orgânica média na escala dos aparatos produtivos equivalente a um percentual acima de 20% de manufaturados no PIB (MARINI, 1977)¹. Essa viria a se constituir na primeira dimensão do subimperialismo: a chegada da economia dependente à etapa dos monopólios e do capital financeiro, marcada pelo aumento da concentração e da centralização do capital. Nesse processo, assim como se dera nas economias dominantes, os centros intermediários da acumulação mundial estabeleceriam relações de troca desigual com o seu entorno periférico.

Mas nem toda economia medianamente industrializada imprime uma política subimperialista. Aqui entrava em cena a segunda variável da tese de Marini – o exercício de uma *política expansionista relativamente autônoma*. Sua característica determinante seria uma relação na qual uma potência de segunda grandeza choca-se com a potência dominante em certas conjunturas, a fim de conquistar uma esfera de influência regional, embora sem transgredir os marcos do imperialismo hegemônico. Trata-se, em outras palavras, de uma política de *cooperação antagônica*.

Essa categoria de análise remonta-se à obra do marxista alemão August Thalheimer, que a empregou para analisar a reacomodação das rivalidades interimperialistas ao término da

¹ Proposto à realidade da economia mundial dos anos 70, esse indicador necessita ser revisto em nossos dias. Essa tarefa, no entanto, encontra-se além das possibilidades deste trabalho.

Segunda Guerra. Naquela nova situação, os Estados Unidos consolidavam uma supremacia nas várias esferas do poder, ao mesmo tempo em que percebiam a necessidade da cooperação com os rivais devastados pela guerra – Alemanha e Japão – para assegurar a reprodução do sistema capitalista (THALHEIMER, 1950).

No estudo da realidade latino-americana, a categoria da cooperação antagonica demonstrou, na obra de Marini, vitalidade para explicar o relacionamento contraditório de mais de duas décadas entre a ditadura brasileira – com seu projeto *Brasil Potência* – e os EUA. Desenvolvido como ferramenta teórica, o conceito encontrou correspondência empírica nas formulações de estratégias do Departamento de Estado como Kissinger, responsável pela doutrina das nações-chave, segundo a qual a potência dominante deveria delegar poder a *hegemon*s regionais a fim de assegurar estabilidade na reprodução do domínio dos EUA².

Entretanto, com a ofensiva neoliberal, a partir do início dos anos 80, a doutrina do poder delegado era desativada. Simultaneamente, do lado dos países dependentes, emergiam governantes comprometidos com políticas privatistas e desnacionalizantes. Tomava curso o processo que Marini chamaria de *reconversão*, no seio do qual o imperialismo retomava dos países intermediários as margens de poder que estes haviam adquirido nas décadas anteriores (MARINI, 1992). Diante do novo quadro, como se comportaria a dinâmica da *cooperação antagonica* em face da *reconversão*? E o *subimperialismo* brasileiro?

3.Operacionalizando a *cooperação antagonica*

Marini não chegou a propor um método de operacionalização da categoria da cooperação antagonica que permitisse a outros pesquisadores pouparem esforços em futuras investigações. Talvez por essa razão a tese sobre o subimperialismo tenha sido mal interpretada por alguns analistas como um traço óbvio do militarismo da ditadura brasileira, e não como um elemento estrutural do Brasil enquanto potência regional³.

No presente trabalho, recorreremos a um recurso metodológico que nos auxiliará a examinar o subimperialismo na atualidade. Sem pretender encerrarmos um debate que requer estudos de

² Sobre a política externa do regime militar brasileiro, ver também Carlos Estevam Martins (1975). Sobre a doutrina das nações-chave, ver Spektor (2007).

³ Zirker (1994) registra essa hipótese em trabalho em que resgata a tese de Marini sobre o subimperialismo e a reaplica ao período de transição da ditadura militar para o governo civil no Brasil dos anos 80, verificando a persistência de traços subimperialistas. Um autor que se enquadra na interpretação que confunde a tese do subimperialismo com o caráter do regime militar é Joseph Love (1998:458).

maior alcance, esperamos conferir um aporte teórico para inferir o grau de cooperação e conflito entre Brasil e EUA, a partir de uma escala qualitativa abrangendo os pólos desse relacionamento, como se vê na Figura 1.

Figura 1. Escala da cooperação antagônica.

Modelo	Lógica predominante	Tipo de Alinhamento	Polarização
Integração hierárquica vertical	Renúncia ao projeto de expansão da hegemonia regional (assentimento em concessões unilaterais ou em troca de concessões desvantajosas)	Alinhamento Automático	++
Integração hierárquica piramidal (cooperação antagônica)	Busca por hegemonia regional compartilhada em assuntos consentidos pela estratégia do imperialismo dominante (“barganha leal”)	Alinhamento preferencial (“relação especial”)	++-
Competição antagônica	Busca por expansão da hegemonia regional para assuntos não consentidos pela estratégia do imperialismo dominante	Enfrentamento focalizado	+--
Antiimperialismo	Questionamento explícito da hegemonia imperialista	Enfrentamento engajado	--

Fonte: Elaboração do autor.

No diagrama acima, criamos quatro modelos que representam possíveis combinações de antagonismo e cooperação nas relações entre uma potência regional e o imperialismo dominante. Cada modelo expressa o predomínio de uma lógica diferente, oriunda do grau respectivo de combinação entre as duas variáveis. A escala de auferição desse grau encontra-se na última coluna, que ilustra a polarização resultante. Na representação gráfica, utilizamos o sinal positivo para expressar a cooperação com o imperialismo e o negativo para simbolizar o antagonismo. Os sinais repetidos indicam qual das lógicas polariza cada situação. Todas elas configuram um modo de enquadramento da subpotência perante a estratégia do imperialismo hegemônico, atributo que chamamos de *tipo de alinhamento*.

A cooperação antagônica caracteriza o modelo do subimperialismo *tout court*. Neste, a potência de segunda grandeza, ao perseguir a construção de uma hegemonia regional, produz atritos com o centro dominante. Os laços de dependência, porém, são um freio a essa política expansionista, fazendo com que ela seja somente *relativamente* autônoma. Por conseguinte, os

antagonismos que irrompem têm de reacomodar-se à lógica cooperativa⁴. Nesse processo de reacomodação, a potência regional faz uso das capacidades que detém e barganha por concessões e pela manutenção de uma esfera de influência. Os instrumentos de barganha podem ser a possibilidade de adesão a alianças alternativas, a posse de recursos estratégicos ou a capacidade de estabilização da ordem na região, fatores que concorrem para selar a cooperação sob novas bases com o imperialismo, estabelecendo uma aliança preferencial⁵. Nesse modelo, prevalece uma integração hierárquica piramidal – outra forma de nomear a cooperação antagônica, na qual o Estado em questão realça sua posição intermediária na pirâmide de poder entre o centro e a periferia.

Mas podem surgir situações em que a política subimperialista caminha para outras “vicissitudes” (MARINI, 1980:76), como no modelo que denominamos de competição antagônica. Essa caracterização se aplica à fase do regime militar brasileiro marcada pela acentuação do antagonismo com os EUA. A decisão dos generais do governo tecnocrático-militar de não assinar o Tratado de Tlatelolco e levar adiante e a fundo o desenvolvimento de tecnologia nuclear – inclusive para fins bélicos – confrontou uma diretriz de primeira ordem da estratégia dos EUA, a de impedir que potências intermediárias tivessem posse de armas nucleares⁶. Neste contexto, o advento da doutrina Carter e o processo de *reconversão* iniciado nos anos 80 não deixaram de ser instrumentalizados em resposta à ascensão de poderes regionais como o Brasil, que passavam a rivalizar com o imperialismo estadunidense em terrenos não consentidos por sua estratégia.

Para ficar completa nossa escala, faltam ainda as considerações sobre outros dois modelos. Assim como um país subimperialista pode desenvolver uma política de competição antagônica em determinados períodos históricos, também é possível que adote, em certas matérias, concessões unilaterais. Estas, quando articuladas com a busca da expansão da hegemonia regional, não constituem a exceção que confirma a regra, mas integram a própria dinâmica da cooperação antagônica. Isto porque uma concessão desvantajosa ou sem contrapartida aqui, poderá significar uma retribuição, mais adiante, do Estado imperialista em outros assuntos.

⁴ Cabe salientar aqui que a superação dos laços de dependência implicaria um rompimento não somente com as classes dominantes, mas com a própria ordem capitalista. Todas essas reflexões derivam de considerações de Marini sobre a cooperação antagônica. A localização de algumas das passagens mais importantes a esse respeito, em sua obra, encontram-se em: Marini (1966; 1977; 1980).

⁵ Em nosso entender, esses instrumentos de barganha que a potência regional dispõe para extrair concessões da potência hegemônica merecem a atenção de futuras investigações.

Entretanto, quando a acomodação à ordem das coisas constitui o traço definidor da política exterior, as concessões unilaterais assumem a conotação de alinhamento automático, elemento que singulariza a integração hierárquica vertical. Dois exemplos que se inserem nessa classificação foram os governos de Collor de Melo e Cardoso, no Brasil, que realizaram concessões unilaterais sem contrapartida da ordem hegemônica, fazendo arrefecer a componente política do subimperialismo sob a égide neoliberal⁷.

Por fim, temos a lógica mais conflitiva, representada por uma política antiimperialista. Quando dizemos *conflitiva*, estamos falando daquela política que aponta um posicionamento de ruptura com o sistema capitalista. Uma potência regional pode desencadear um conflito militar e estar perfeitamente enquadrada ao sistema. O modelo antiimperialista, por seu turno, representa um enfrentamento engajado às bases do poder imperialista, compreendendo decisões como a nacionalização de setores estratégicos da economia, restrições à remessa de lucros, etc, articuladas com uma ideologia de resistência que questione explicitamente a hegemonia imperialista.

Essas são quatro orientações de política exterior que uma potência regional como o Brasil pode exercer perante o imperialismo. Esperamos que os modelos construídos nos permitam operacionalizar a categoria da cooperação antagonica e, com isso, verificar qual caracterização melhor assinala a política externa brasileira na atualidade. Antes de passarmos à análise anunciada, frisamos que o emprego da escala da cooperação antagonica supõe o conhecimento prévio sobre a estratégia do imperialismo dominante no período em exame. Para cumprir com este requisito, nos apoiaremos nas pesquisas recentes de Ana Esther Ceceña, que julgamos de valiosa contribuição para nosso objetivo.

4.A estratégia dos EUA para a América Latina e a política externa brasileira face a ela

A cooperação antagonica, como vimos, resulta dos atritos que um Estado dotado de uma composição orgânica média produz em suas relações com o imperialismo hegemônico. Essa

⁶ Exceção concedida a Israel.

⁷ Alguns autores argumentam que o final do último mandato de Cardoso teria mudado de orientação. Na verdade, as nuances percebidas se deram mais no plano retórico do que no das decisões concretas. Exemplos de concessões unilaterais que configuraram o alinhamento automático de ambos os governos foram: a abertura comercial unilateral (Collor e Cardoso); o fim da reserva de mercado para o setor de informática (Collor); a adesão ao mecanismo de controle de tecnologia de mísseis, o acordo de aluguel da base de Alcântara e o assentimento às pressões da Raytheon para vencer a licitação de radares para o Sistema de Vigilância da Amazônia (Cardoso).

dinâmica participa da busca que um país como o Brasil desenvolve na construção de sua hegemonia regional, através da mobilização de capacidades para afirmar uma autonomia relativa na arena internacional. Durante a Guerra Fria, uma das capacidades exploradas pelo Estado brasileiro, em sua política subimperialista, foi o papel de produtor e reproduzidor da Doutrina de Segurança Nacional na América Latina, extraindo concessões de Washington, que via no Brasil um aliado de importância dentro da doutrina da nação-chave⁸.

Posta em desuso na fase da reconversão neoliberal, parece-nos que a doutrina da nação-chave veste hoje outra roupagem, embora com a mesma essência. Por que voltaria à centralidade a necessidade de um aliado especial de Washington na região? Ceceña apresenta uma resposta convincente a esta pergunta em um de seus últimos trabalhos, em que a autora desvela os planos dos EUA para o continente, a partir da análise de documentos oficiais da política exterior estadunidense.

Sua principal fonte é o *Novo Mapa do Pentágono*, um relatório elaborado pela Marinha dos EUA que esquadrinha o globo em três grandes regiões e orienta a ação do imperialismo para assegurar o controle das mesmas. São elas: o centro (*the core*), que abrange os países dominantes; a “brecha crítica” (*the gap*); e os “países costura” (*seam states*). A “brecha crítica” consiste de áreas de conflitividade social elevada e que coincidem com a localização de reservas de recursos naturais estratégicos. Seu conjunto é formado, em essência, pelos Estados periféricos. Os “países costura”, por sua vez, integram a semiperiferia, que por circundar a “brecha crítica” e terem interesse em preservar vantagens sobre ela, são vistos, conforme o traçado do *Novo Mapa*, como portadores do “papel de zonas de amortecimento e de mediadores para o disciplinamento” da região da “brecha” (CECEÑA, 2005).

Ainda segundo Ceceña, a estratégia dos EUA para preservar sua hegemonia abarca dois objetivos principais. No terreno econômico, afigura-se o imperativo de forçar a abertura de novos espaços para a reprodução ampliada de seu capital. No âmbito político, busca-se bloquear as resistências que têm se levantado contra o exercício de sua dominação, não hesitando em recorrer ao poder militar sempre que necessário. Chamaremos esse duplo objetivo, ao longo deste trabalho, de *agenda da liberalização* e *agenda da estabilização/militarização*.

⁸ Estas concessões incluíram transferência de tecnologia militar, mas refluíram a partir do momento em que o regime militar desempenhou uma política de competição antagônica.

Foi orientando o modo de implementar essas duas agendas que o *Novo Mapa* concebeu a divisão do mundo nas zonas acima. Especialmente na América Latina, onde é crescente a radicalização do movimento de massas na conjuntura histórica presente, adquire importância determinante para os EUA contar com um “país-costura” como o Brasil, que cumpra a vez de intermediário na preservação dos interesses imperialistas no continente, em troca de algumas concessões.

Do lado do governo brasileiro, constata-se que desde o começo do primeiro mandato do presidente Lula os formuladores de sua política exterior vêm insistindo na busca do que denominam uma “parceria madura” com os EUA. Depois de presidentes anteriores terem aceito concessões predominantemente assimétricas, imprimindo uma política nos marcos do modelo de *integração hierárquica vertical*, essa parceria por eles referida seguiria o anseio de uma relação “mais equilibrada”, atendendo a “interesses mútuos”. A hipótese que pretendemos sustentar a seguir é que, sob o governo Lula, reedita-se sob novas circunstâncias uma política de *cooperação antagônica* no relacionamento com os EUA, de tal forma a buscar assegurar uma posição de poder relativo menos assimétrica em algumas matérias⁹.

Este objetivo, no entanto, é perseguido nos marcos da hegemonia do imperialismo vigente. Por conseguinte, pode estar reforçando o domínio dos EUA no continente, na medida em que a política assertiva praticada pelo Estado brasileiro erige-se como co-partícipe na manutenção da ordem de dominação nesta quadra histórica e busca ampliar suas margens de poder para o benefício da burguesia brasileira e às custas dos povos sul-americanos. Para dar cabo desta hipótese, nos debruçaremos, nas linhas seguintes, no exame da conduta da política externa brasileira diante da dupla agenda do imperialismo da *liberalização* e da *estabilização/militarização*.

A agenda da liberalização econômica

Desde o início dos anos 90, a política externa dos EUA visa, entre seus objetivos, a conquistar novos mercados para conter os crescentes déficits comerciais acumulados pela economia estadunidense nas últimas décadas e gerar oportunidades de absorção lucrativa para

⁹ Essa maior proatividade na busca de “barganhas” não se restringe ao voluntarismo dos agentes políticos brasileiros, mas configura o desempenho de um papel que cabe na estratégia vigente dos EUA para a América Latina, como veremos.

seus capitais excedentes. Na América Latina, o projeto da ALCA – uma zona de livre circulação de bens e capitais do Alaska à Patagônia – emergiu como a principal iniciativa nesse sentido, apresentando-se como passo seguinte ao TLCAN no avanço sobre as economias e a vida dos povos da região (GANDÁSEGUI, 2005). Por essas razões, a ALCA constituiu-se em um dos maiores desafios a ser enfrentado pelas forças da esquerda latino-americana nos primeiros anos deste século XXI. E seu debate não deixou de influenciar o voto popular que elegeu presidentes oriundos de partidos com uma trajetória de esquerda.

Com a chegada de Lula à presidência do Brasil, a expectativa do movimento social era de que as capacidades de um país com tais dimensões fossem usadas a serviço da luta antiimperialista, o que requeria rechaçar a proposta da ALCA e a agenda neoliberal em seu conjunto, afirmando um modelo alternativo de desenvolvimento. Abandonando, na campanha eleitoral de 2002, o discurso antiimperialista que sustentara durante anos, Lula visitou Bush logo após ser eleito e defendeu a busca de uma “parceria madura” entre Brasil e EUA, com base em “interesses mútuos” (SILVA, 2003).

No princípio, apoiadores do governo petista descreveram essa atitude como manobra diversionista, cuja finalidade seria ganhar tempo, evitando um desgaste imediato com o imperialismo (MONIZ BANDEIRA, 2005). Com o desenrolar dos acontecimentos, porém, ficou claro que Lula havia aderido às regras do jogo ditadas pelo poder imperialista. Assim, o projeto de plebiscito oficial sobre a ALCA, que o novo presidente defendera até pouco antes, seria engavetado (LEHER, 2003). O governo brasileiro participaria das negociações da ALCA de forma pragmática, sem apresentar críticas mais ostensivas e formulando suas propostas, enquanto acompanhava o comportamento das contradições internas aos EUA, como os obstáculos postos pelo *lobbying* protecionista.

À medida que os EUA demonstraram-se resolutos em não aceitar discutir na ALCA questões como subsídios agrícolas e regras anti-dumping e os remeteram para a Organização Mundial do Comércio (OMC), a postura do governo brasileiro foi de rejeitar uma ALCA abrangente, reservando-se ao mesmo expediente de transferir para a OMC toda negociação sobre temas considerados sensíveis à economia do Brasil.

A OMC, por sinal, é outro terreno onde os países dominantes têm procurado impor a *agenda da liberalização*¹⁰. Em 2001, fora inaugurado um novo capítulo do processo de desregulamentação, com a abertura da rodada Doha, que ambiciona mercantilizar segmentos como os serviços públicos, configurando mais uma fonte de ameaça aos povos latino-americanos, ao trazer à tona a mercantilização de recursos como a água, da qual nosso continente tem ricas reservas. Na reunião ministerial da OMC em Cancún, que daria seguimento à rodada Doha, o governo Lula atraiu os holofotes da imprensa internacional ao costurar a aliança do G-20, liderando países agroexportadores da periferia na recusa em discutir a liberalização de temas como serviços e investimentos enquanto não houvesse um compromisso dos países ricos sobre a eliminação dos subsídios agrícolas. Essa conduta, ao lado da não-assinatura da ALCA em 2005, seria lembrada, mais adiante, por partidários do governo brasileiro como sinal de uma orientação terceiomundista de sua política externa, que distoaria da gestão macroeconômica neoliberal da equipe econômica (SADER, 2005). Um exame mais rigoroso dos posicionamentos do Brasil nessas questões revelará, no entanto, uma política que não está na contramão da agenda do livre comércio, nem resiste às pressões das corporações do capitalismo dominante, como se sugere.

Depois da articulação do G-20 em Cancún, a diplomacia brasileira compactuou com um acordo desvantajoso aos Estados do Sul na reunião seguinte, de Hong Kong. No acordo, o governo consentiu em reduzir as tarifas de importação para os manufaturados das economias dominantes em troca da promessa da baixa dos subsídios agrícolas, e concordou com a retirada de travas à negociação sobre serviços. Ao assumir tal postura, atuou por medidas que significarão o aprofundamento do intercâmbio desigual, que se incrementará mesmo se cumprido o acordado – o que não está garantido (BELLO, 2005).

Com relação aos acordos comerciais no continente americano, embora o governo brasileiro tenha fechado posição contrária à assinatura da ALCA em Mar del Plata, o modelo de livre comércio é o que preside sua política de integração regional. Não basta afirmar que o governo Lula não tenha assinado a ALCA para poder sustentar que sua política externa seja independente dos EUA. Se é um fato inegável que o principal alvo dos EUA na ALCA era o

¹⁰ Sucedânea do GATT, a OMC cumpre desde seus primórdios a função de pressionar pela incorporação de segmentos mais vastos da reprodução social à economia de mercado. Esse organismo internacional constitui um instrumento de política exterior dos Estados imperialistas, que se mantêm fortemente protecionistas, enquanto pretendem das economias dependentes a liberalização total.

mercado brasileiro, por seu potencial de comércio e investimento, é também verdade que a área hemisférica surgiu com a ambição da potência do Norte de controlar os recursos naturais abundantes da região, como aponta a pesquisa já mencionada de Ceceña. Esse objetivo, no entanto, vem sendo alcançado através de outro projeto de integração regional liderado pelo próprio Brasil, a Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

Proposta pelo BID em 2000, a IIRSA assumiu maior projeção com o governo de Lula, que pôs à sua disposição volumosos financiamentos através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ela consiste, em suma, de um conjunto de mega-obras de transportes e geração de energia, em sua maior parte destinadas a criar e fortalecer corredores de exportação, buscando fazer uso intensivo dos recursos naturais e tirar proveito de vantagens logísticas, acelerando o tempo de rotação do capital. Essas finalidades correspondem a uma parcela dos objetivos da *agenda da liberalização*, como ilustram declarações do chefe da Comissão Marítima Federal dos EUA¹¹. Não é à toa, portanto, que este esquema de integração venha sendo chamado de as “veias da ALCA” na porção meridional do continente americano e que seja impulsionado pelo BID, instituição reconhecidamente responsável por impulsionar políticas liberalizantes (FOBOMADE, 2003)¹².

Existem, ao mesmo tempo, contradições na dinâmica continental. Traduzindo a aspiração de potência regional, a diplomacia brasileira demonstra uma opção pelo Mercosul, escolha que se insere no esforço de construção de um espaço geoeconômico sul-americano a partir da convergência entre o bloco do cone sul e a Comunidade Andina de Nações (CAN). Nesse intuito, foram finalizados acordos regionais de livre comércio através da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), dando forma à Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA). E, nesse mesmo sentido, a IIRSA desponta como uma das maiores apostas de Lula para a integração regional, na medida em que utiliza a contigüidade física da América do Sul para induzir o adensamento da economia regional, mediante ganhos de escala.

¹¹ Departamento de Estado, 2005.

¹² Para uma visão crítica da IIRSA, ver também Herbas Camacho e Molina (2005) e Fobomade (S/d), onde é possível encontrar descrição dos principais projetos e eixos da IIRSA.

O binômio ALCSA-IIRSA corresponde, portanto, à dimensão econômica do subimperialismo. Em sua dinâmica, o Brasil busca assegurar privilégios de influência sobre o principal mercado de seus produtos de maior valor agregado. Sendo este o projeto alternativo do Brasil em relação à ALCA, compreende-se a tática de ganhar tempo, articulada com a defesa de setores da burguesia industrial brasileira, como o setor de máquinas e equipamentos, que perderiam com a liberalização do ramo frente aos EUA. Entretanto, se existem fricções com os EUA na opção pela ALCSA, esta apresenta-se, também, como um projeto de desenvolvimento integrado ao imperialismo.

Não há nada na opção pela América do Sul que signifique em si mesmo contraposição ao modelo hegemônico. Tudo depende do modelo de integração proposto (LANDER, 2004). A exemplo e semelhança de experiências anteriores como a ALALC, a ALCSA e a IIRSA não contêm medidas que possam vir a ser um freio ao avanço das corporações transnacionais¹³. Ao contrário, atendem às expectativas do grande capital, que encontram na região um meio propício para instalar plataformas de exportação de seus produtos, como as montadoras de automóveis. No setor industrial, um dado bem ilustrativo é o dos eletrodomésticos da “linha branca”, cuja indústria era controlada em 80% pela burguesia brasileira até o começo dos anos 90 e, com o processo de *reconversão*, passou em quase sua totalidade para mãos de grupos estadunidenses.

Enquanto os defensores da política externa brasileira orgulham-se por serem estes produtos “brasileiros”, até setores do agronegócio passaram para o controle de corporações estrangeiras, como Monsanto e Cargill, que dominam o complexo da soja e outras cadeias do setor primário brasileiro. A opção do governo brasileiro pela manutenção do modelo das monoculturas agroexportadoras será incrementada com a política dos agrocombustíveis, a partir da aliança de Lula e Bush em torno do etanol, que vem se dando com a participação ativa dessas companhias, que expandem a fronteira agrícola às custas das florestas e de outros ecossistemas.

Essa perspectiva segue o princípio do livre-cambismo, traduzindo o modelo do regionalismo aberto emanado da CEPAL, convertida ao neoliberalismo. Por essas razões, equivocam-se os que acreditam, como Moniz Bandeira (2005), que a ALCSA e o próprio

¹³ O convênio crédito recíproco, criado nos marcos da ALADI, seria um elemento promissor. Mas sua utilização é irrisória se desarticulada com medidas de enfrentamento ao sistema financeiro e aos interesses das corporações do grande capital.

Mercosul representem uma contradição frontal ao imperialismo. Hoje, cerca de 40% do fluxo comercial no interior do Mercosul pertence a grandes empresas transnacionais. Nesse quadro, estamos, na verdade, diante de um exemplo de cooperação antagônica: existe, sim, antagonismo na consolidação de espaços regionais (ALCSA X ALCA), mas os dissensos se dão sob a cooperação no modelo do livre comércio, que contempla os interesses das corporações em operação no subcontinente.

Frente ao fracasso da ALCA – para o qual o *lobbying* protecionista do Congresso estadunidense pode ter tido papel mais importante do que a postura do governo brasileiro e do Mercosul –, os EUA lançaram mão da tática de tratados bilaterais, conseguindo estabelecer acordos com Chile, Colômbia, Peru e os países da América Central, além do Uruguai e Paraguai (em finalização). Pelo peso diminuto de alguns destes mercados, não se pode desconsiderar os fatores políticos que motivaram também esse tratados. No caso do CAFTA, as normatizações criadas têm o objetivo de reduzir a influência da Venezuela que, através do Acordo Energético de Caracas e do convênio Petrocaribe, criou vínculos mais próximos com países mesoamericanos. No caso dos sócios menores do Mercosul, encontra-se o objetivo de exercer força centrífuga na área de influência do Estado brasileiro.

A reação do governo brasileiro, por seu turno, é a de culpar os governantes do Mercosul pela opção adotada. De um lado, é verdade que a escolha seguida inscreve-se na aceitação de uma subordinação. Mas a questão do subimperialismo deve ser considerada na hora de se analisar esses eventos. A manutenção do intercâmbio desigual no Mercosul reflete o insucesso da estratégia “generosa” proclamada pelo governo Lula, que pode ser visto como co-responsável pela adesão dos países a acordos com os EUA, ao lado da cooptação por estes praticada¹⁴.

Com o que foi exposto até aqui, constata-se que a política de integração regional do governo Lula atende não só à burguesia brasileira, mas ao capital estadunidense, cujos investimentos vêm crescendo na região. As transnacionais operam nesses espaços. No caso do agronegócio, a liberação dos transgênicos representa um aumento do controle do setor primário brasileiro pelos EUA. A expansão do agronegócio brasileiro sobre as terras da Bolívia e do Paraguai é acompanhada pela expansão do domínio das corporações que

¹⁴ Não queremos, com isso, insinuar que o Brasil por si só poderia deter esses processos. Faz-se necessária disposição política dos demais governantes. Mas uma outra orientação poderia exercer influência significativa nas escolhas de gestões como a de Tabaré Vázquez, por exemplo.

controlam as sementes e fertilizantes, sem falar no pagamento de royalties. Com a política dos agrocombustíveis, esse traço tende a se aprofundar¹⁵. A disponibilização do território brasileiro para transformar o etanol em *commodity* internacional provocará o incremento da especialização econômica no curso da reconversão. Com isso, apesar da diferença na abertura direta, esse projeto não será um freio ao avanço das corporações transnacionais, que, pelo contrário, utilizarão a região como plataforma de exportação ou para uso intensivo dos recursos naturais. Esse dado atende ao objetivo tanto do Brasil quanto dos EUA de explorar os recursos da zona da brecha crítica.

A agenda da estabilização/militarização

Frente ao aumento da militarização na política exterior estadunidense, o governo de Lula da Silva caracteriza-se em alguns momentos pela defesa do direito internacional e em outros pela omissão. A atitude predominante busca a afirmação da América do Sul como esfera de influência do Estado brasileiro, porém evitando sempre posições confrontativas, sendo a conciliação o elemento principal.

No intuito de assegurar uma hegemonia regional na América do Sul, o governo brasileiro retirou de negociação, em 2003, o acordo encaminhado por Fernando Henrique Cardoso, que concedia a base de Alcântara, em aluguel, para os EUA. O ataque e a ocupação do Iraque pelos EUA foram criticados como desrespeito a decisão das Nações Unidas e como expressão de um unilateralismo condenável nas relações internacionais. Contudo, essa postura mudou de tom durante a invasão franco-estadunidense ao Haiti em 2004, quando a incursão de tropas estrangeiras e o golpe de Estado contra Aristide não foram condenados pelo governo de Lula. Ao assumir o comando da missão militar da ONU na ilha caribenha, meses depois, ficou evidente a opção do Estado brasileiro de ser co-partícipe na intervenção no Haiti e tentar, com isso, habilitar-se a uma vaga como membro permanente no Conselho de Segurança. O comando da Minustah (Missão Internacional das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti) veio a se constituir no principal elemento de cooperação do governo brasileiro com o Departamento de Estado na estabilização da conflitividade social da América Latina,

¹⁵ Um exemplo recente foi a aquisição no Brasil da Cevasa, maior usina de produção de etanol a partir da cana-de-açúcar, pela transnacional Cargill, de capital estadunidense.

poupando maior esforço aos EUA no momento em que sofrem desgaste com a resistência à ocupação do Iraque. Mas existem outras situações que nos permitem sustentar essa hipótese.

Nos três países sul-americanos onde se desenvolvem as lutas antiimperialistas mais radicalizadas – Bolívia, Equador e Venezuela – o Brasil desempenha um papel de amortecedor das mobilizações populares, respaldando a um só tempo interesses brasileiros e estadunidenses. Nas crises que derrubaram Sánchez de Losada e Lucio Gutiérrez, respectivamente na Bolívia e no Equador, o Brasil evacuou os presidentes depostos e atuou por uma saída por dentro do regime. Do lado brasileiro, era premente a defesa dos contratos obtidos pela Petrobras, principalmente na Bolívia. Em Washington, a ascensão de governos de esquerda nos países andinos era vista como uma ameaça ao plano de controle da região, a começar pela manutenção da base de Manta no Equador. Por isso a mediação brasileira acabou recebendo reiterados elogios do Departamento de Estado¹⁶.

Na Venezuela, o governo brasileiro exerceu mediação política durante o locaute de 2003, criando um Grupo de Amigos ao qual integrou EUA e Espanha, Estados que haviam apoiado o fracassado golpe de 2002. Neste episódio, a diplomacia de Lula da Silva buscou conciliar uma contradição insolúvel – posto que os EUA seguiram e seguem operando contra o governo venezuelano. Com isso, cumpriu o papel de reciclar a imagem dos EUA como país preocupado com a democracia no continente e de reconhecer como interlocutor legítimo a oposição venezuelana que participara do golpe¹⁷.

Essa assertividade na busca da estabilidade política da América Latina pode ser interpretada, pelo método indutivo, como materialização da aspiração a uma vaga no Conselho de Segurança da ONU. Demonstrando capacidade disciplinadora e operacional – esta última no caso do Haiti – o Estado brasileiro estaria comprovando ter as credenciais requeridas para o posto. Na expectativa de que uma relação positiva com os EUA contribua para consolidar o status do Brasil como potência regional (HIRST e SOARES DE LIMA, 2006), os formuladores da política externa de Lula não hesitam em alinhar-se à agenda dos EUA de deter o avanço das forças de esquerda na região. Mas essa projeção regional do Brasil também gera atritos com o imperialismo hegemônico.

¹⁶ Ver, por exemplo, DEPARTAMENTO DE ESTADO (2004).

¹⁷ Ver Golinger (2005).

Com relação à própria Venezuela, o governo brasileiro procurou uma saída conciliadora à crise diplomática estabelecida entre Uribe e Chávez em meados de 2005, quando os EUA tinham a intenção de isolar o último. Iniciada pela incursão clandestina de militares colombianos em território venezuelano, resultando na captura do porta-voz das FARC Rodrigo Granda, o contencioso opôs Brasil e Cuba, de um lado da mesa de negociações, e os EUA do outro. Tendo o subsecretário Roger Noriega à frente, o Departamento de Estado procurava aumentar o cerco a Chávez, no que não pode deixar de ser entendido como uma tentativa remota de regionalização do Plano Colômbia (ESPINOSA-GONZALEZ, 2005). A postura adotada pelo Brasil pode ser explicada como seguindo o objetivo de barrar uma ingerência externa na América do Sul, tomada como esfera de influência brasileira.

Essa orientação nos auxilia também na compreensão da resposta do Brasil à instalação de base dos *Marine Corps*, em Marechal Estigarribia, no Paraguai. Enquanto o chanceler brasileiro afirmava que os países da região dispõem de capacidade de defesa e não necessitam de tropas estrangeiras, o exército realizava manobra dissuasiva na fronteira com o Paraguai. Outro evento que merece atenção foram as declarações na imprensa norte-americana de que a Tríplice Fronteira seria região de células terroristas – referências que fazem parte de uma tática de intimidação do aparato estadunidense e que suscitaram irritação do lado brasileiro.

Em todos esses caos, porém, não houve uma condenação mais veemente que denunciasse os planos ocultos dos EUA, sendo adotada, sempre, atitude conciliatória - inclusive quando envolveu interesses comerciais, como no caso do veto estadunidense à venda de aviões militares da Embraer à Venezuela. Depois de tentar em vão obter o recuo das restrições dos EUA, o Brasil subordinou-se ao veto, embora não houvesse nenhum tratado internacional que barrasse a comercialização. Ao mesmo tempo, o país acabara de vender 25 aeronaves do mesmo modelo à Colômbia, potencial inimigo da Venezuela em uma hipótese de guerra na América do Sul – em mais uma manifestação de acomodação ao poder dos EUA.

Para um dos operadores da política externa lulista, Marco Aurélio Garcia, a ausência de confrontação explícita com a política dos EUA é devida a que o Brasil atingiu uma conduta madura, sem ideologizar suas relações exteriores. Procurando ter o rigor científico que nos é necessário, constatamos, entretanto, uma manifestação do que Mészáros (2004) chamou de *a ideologia do fim da ideologia*. E, curiosamente, partindo de um ideólogo, como é o assessor presidencial Garcia. Se o teor de suas declarações visava a ocultar a acomodação da política

externa do governo Lula à hegemonia estadunidense, novos fatos – além dos já coligidos por nós – depõem em contrário.

Se, para alguns observadores, a pasta das relações exteriores restava como um nicho na contramão do receituário neoliberal entre as políticas do governo Lula, a aliança energética com Bush veio a oferecer a prova definitiva de uma orientação que já vinha se aprofundando. No curto prazo, é um objetivo estratégico da Casa Branca reduzir a dependência dos suprimentos de petróleo e gás, seja aumentando o controle sobre fontes externas desses combustíveis, seja através de uma política de substituição energética. Esse expediente visa não só a contornar o elevado preço do petróleo no mercado mundial, mas também a minar o instrumento que tem permitido a que Estados como Venezuela e Irã adotem uma política externa independente.

Na atual conjuntura latino-americana, esse objetivo se aplica também aos governos nacionalistas da Bolívia e do Equador, que têm, respectivamente, nas reservas de gás e petróleo suas principais riquezas. Mas é à Venezuela, particularmente, que os EUA visam a enfraquecer na região. Estima-se que os EUA dependem do petróleo venezuelano para suprir 11% de sua demanda doméstica de combustível. Com a meta de substituir, internamente, 20% do consumo de gasolina por etanol em até 10 anos, Bush manobra pela redução das importações de petróleo da Venezuela, que tem os EUA como seu principal comprador (OSAVA, 2007). Com isso, busca bloquear as bases que possibilitam o governo Chávez financiar iniciativas como o Banco do Sul, que embora esteja ainda em definição, poderá ser um instrumento antiimperialista – sobretudo se articulado desde a perspectiva de enfrentamento ao FMI e o BIRD, o que dependerá de não ceder às pressões contrárias do governo brasileiro. Por essas razões, percebe-se que o governo brasileiro serve, no mínimo indiretamente, às intenções da Casa Branca de neutralizar Chávez.

6.A cooperação antagônica na atualidade e o novo subimperialismo

Os fatos que acabamos de relatar, vinculados às relações em curso entre Brasil e EUA na América Latina, são examinados no Quadro 2 (anexo) com base nos critérios da escala da cooperação antagônica proposta anteriormente. Os eventos são agrupados conforme as agendas da *liberalização* e da *estabilização/militarização*. Para cada um dos acontecimentos selecionados é cotejada a análise dos interesses de política exterior de ambos os países

envolvidos. Ao final, uma síntese é formulada, recuperando a tipologia sobre a dinâmica antagonismo-cooperação. O tratamento analítico dos dados, no Quadro 2, permite-nos concluir que a relação entre Brasil e EUA atravessa, no período presente, uma política inscrita no modelo da cooperação antagônica. Vejamos primeiro os pontos de antagonismo.

No plano da liberalização econômica, o governo brasileiro opta por não aderir a um acordo amplo com os EUA, a fim de proteger alguns setores da burguesia brasileira, embora aceite avançar nas negociações via OMC. Simultaneamente, alavanca a ALCSA e a IIRSA como aposta no projeto de um bloco sul-americano como alternativa à ALCA. Na agenda da estabilização/militarização, o governo de Lula tenta evitar ingerência externa no que entende como esfera de influência da burguesia brasileira. Assim, demonstra-se contrário à presença militar dos EUA na América do Sul e às tentativas de isolar aliados regionais como Chávez. Essas diferenças, contudo, se dão no marco de interesses convergentes.

O governo brasileiro consentiu em utilizar sua liderança junto ao G-20 para convencer países da periferia a aceitarem agenda desfavorável no acordo da OMC em Hong Kong. Por trás dessa concessão desvantajosa poderia estar o interesse de obter, dos EUA, a renovação das alíquotas especiais para produtos brasileiros, no marco do Sistema Geral de Preferências. Outro ponto de convergência tem sido a postura assertiva da política externa brasileira na preservação da estabilidade política do continente. O governo de Lula desempenha papel de frear o avanço das forças de esquerda na região, atendendo a interesses do Brasil e dos EUA. Com relação à Venezuela, não interessa que o país vizinho seja isolado, mas tampouco que Chávez obtenha mais poder relativo, visto que disputa com o Brasil os rumos da integração regional. Por isso, o governo Lula não hesita em promover a aliança energética com Bush, contribuindo indiretamente com a estratégia do Departamento de Estado de reduzir a influência da Venezuela na política internacional. Fora da esfera de influência do Brasil, no entanto, tem menos reservas em ser co-partícipe da agenda da militarização, como no Haiti, esperando credenciar-se para o Conselho de Segurança da ONU.

Em suma, nas negociações comerciais na OMC, na facilitação da operação das corporações e na estabilização da América Latina, o rumo dado ao Brasil pelo governo Lula provou a inclinação a se enquadrar no papel de *país-costura* esperado pela estratégia dos EUA. Como destaque entre as concessões obtidas estaria a renovação do SGP, enquanto o plano de obter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU é frustrado até este momento.

Não pretendemos, contudo, explicar a conduta da política exterior brasileira a partir da mera renovação do SGP, o que seria um exercício simplório. O fator nevrálgico aqui presente é a aliança de classe entre o agronegócio, a burguesia industrial e os especuladores. Para atender de uma só vez a essa constelação de interesses, Lula precisa seguir uma política exterior consoante com seu posicionamento no mercado globalizado.

Isso significa: deixar de enfrentar o sistema financeiro, para atender aos especuladores nacionais e internacionais, pois sua políticas monetária e cambial estão a eles subordinadas; liberar os cultivos transgênicos, aceitando a desnacionalização do agronegócio e sua inserção no padrão tecnológico dominante, para atender aos interesses da oligarquia latifundiário-mercantil e suas novas coalizões empresariais associadas ao imperialismo; ampliar a fronteira agrícola e se aliar com Bush para transformar o etanol em *commodity* internacional, para corresponder aos interesses dos usineiros e gerar novos e maiores superávits comerciais, para manter a servidão financeira; investir em megaobras de infra-estrutura e geração de energia para atender à burguesia industrial brasileira dos ramos intensivos em recursos naturais e os grupos exportadores em geral; aceitar negociações na OMC que lesam a capacidade de uma indústria nacional, para obter acesso aos mercados agrícolas da Europa e dos EUA.

Esse conjunto de fatores indica o aprofundamento do processo de reconversão. O novo subimperialismo imprime uma política de cooperação antagônica, mas com a dinâmica cooperativa ampliada. A barganha é exercida visando a manter posições, embora acomodando-se à tendência à reprimarização da economia brasileira no comércio mundial, no relacionamento com o imperialismo dominante. Assim, é através do plano da integração sul-americano de caráter subimperialista que o Brasil busca solução de amortecimento no processo regressivo da composição orgânica média da economia brasileira. Nesse percurso, incrementa-se o intercâmbio desigual com os países sul-americanos. A aliança em torno do etanol veio a cumprir a vez de prova definitiva de que não existem grandes diferenças entre a política econômica do governo Lula e sua diplomacia, que tocam em uníssono a triste sinfonia subimperialista.

7. Alternativas de desenvolvimento

Com o que foi exposto até aqui, chegamos a um diagnóstico que nos permite afirmar que, na América Latina, as relações de dominação política e de mercantilização da vida têm passado pelos acordos de livre comércio, sejam eles a ALCA, os tratados bilaterais ou a ALCSA; bem como pelos planos de transformação do território para controlar os recursos naturais, como a IIRSA e o Plano Puebla-Panamá. Brasil e EUA têm cooperado na consecução desses projetos liberalizantes, bem como na agenda que visa a frear a radicalização das mobilizações sociais. Essa constatação atualiza a reflexão de Marini de que o imperialismo é parte integrante da economia dependente e se reproduz na América Latina com a presença recorrente do governo do Brasil como seu coadjuvante. Isso significa que é preciso resistir, a um só tempo, ao imperialismo dominante e ao subimperialismo brasileiro. Tendo, pois, identificado por onde opera o imperialismo em nossos dias, podemos tecer algumas considerações sobre uma estratégia de resistência conseqüente, na construção de um projeto de desenvolvimento alternativo, *desde e para* os povos.

Em primeiro lugar, o advento dos governos Evo Morales e Rafael Correa, na América do Sul – dando até o momento mostra de comprometimento com a defesa das riquezas naturais e com a resistência aos acordos de livre comércio –, somam esforços em uma postura antiimperialista e, por isso, devem ser apoiados como elementos de importância em uma alternativa de desenvolvimento para o continente. Sua orientação política agrega impulso positivo à iniciativa da ALBA – Alternativa Bolivariana para as Américas –, liderada por Venezuela e Cuba.

A ALBA vem se erigindo como o principal projeto contra-hegemônico de integração continental, numa tentativa de combater o intercâmbio desigual na esfera da circulação, através de mecanismos alternativos de trocas, como o Acordo Energético de Caracas, o convênio Petrocaribe e o Tratado de Comércio dos Povos (TCP). No esforço de contribuir para a elevação da consciência crítica, tem-se desenvolvido também, no espírito da ALBA, programas de alfabetização e a criação de meios de produção e difusão de informação alternativa, como a Tele Sur. A esses expedientes, agrega-se agora, a saída coletiva do CIADI (Centro Internacional de Solução de Controvérsias sobre Investimentos) por parte de Venezuela, Bolívia e Nicarágua, além do anúncio pelo Equador de que fará uma auditoria oficial dos contratos de endividamento externo do país. Uma coalizão de países para fazer frente à dívida externa e ao sistema financeiro internacional seria um novo passo fundamental

na mudança da correlação de forças na região. Nesse sentido, a proposta venezuelana do Banco do Sul é acompanhada com expectativa. Mas seu sucesso como instrumento dos povos depende diretamente de não ceder às pressões do governo brasileiro, que busca barrar que o Banco do Sul se torne uma instituição de enfrentamento ao FMI e ao BIRD¹⁸.

Subsistir criticamente às pressões subimperialistas dos que governam o Brasil constitui, por isso, um outro grande desafio. É o Estado brasileiro que define, hegemonicamente, no momento, os rumos da integração sul-americana. O processo político da Comunidade Sul-Americana de Nações, agora chamada de UNASUL, é marcado por essa tônica, sendo utilizado como fórum de articulação da IIRSA e da ALCSA. Explorando a dependência dos países vizinhos, o governo brasileiro busca construir um consenso em torno da agenda do livre comércio e da apropriação do território pelas corporações, como é o projeto IIRSA, em troca de políticas compensatórias como o Programa de Substituição Competitiva de Importações e a liberação de créditos do BNDES.

O governo venezuelano, apesar de respaldar publicamente o governo brasileiro, sabe que a política de Lula marcha na direção contrária e não deixou de criticar a IIRSA e a aliança em torno do etanol. A orientação venezuelana para o Banco do Sul é um sintoma das contradições no bloco. Mas a possibilidade de que essa iniciativa seja brecada por dentro não deve ser descartada. Haverá correlação de forças somente a partir desses governos para afirmar uma alternativa de desenvolvimento ao imperialismo? A resposta é não. Combater plenamente o intercâmbio desigual requer transformações estruturais no conjunto da região¹⁹.

Para isso, é preciso constituir um espaço de articulação antimperialista continental. Se o surgimento de novas forças políticas e sociais imprime nova dinâmica na região, o poder hegemônico segue com bases suficientemente fortes e encontra aliados em sua política de dominação na América Latina. Além de resistir à estratégia do Departamento de Estado, a demanda por soberania dos povos esbarra na política externa brasileira, o que exige derrotar o governo de Lula no Brasil. Nesse percurso, é necessária a autonomia das organizações dos

¹⁸ As origens da idéia do Banco do Sul podem ser encontradas no discurso do presidente Chávez na Cúpula de Monterrey, quando aventou a proposta de um “Fundo Humanitário Internacional”, cujos recursos seriam compostos a partir da transferência de 10% do valor que os países têm destinado ao serviço da dívida, proposta que apresenta, certamente, potencial de enfrentamento aos mecanismos financeiros do imperialismo.

¹⁹ O próprio projeto do governo Chávez tem pontos que devem ser criticados desde essa perspectiva. O gasoduto do sul, enaltecido no portal eletrônico da ALBA (www.alternativabolivariana.org), apresenta potenciais riscos ambientais e a territórios de populações indígenas, que são fatos inaceitáveis para uma alternativa desde os povos.

trabalhadores e do povo que lutam por dignidade. Como indagou Pablo Milanes em uma canção: “Buenos días Brasil mi gigante, ¿cuanto tiempo sin ti adelante?” A resposta a essa questão certamente passará pela afirmação de Ruy Mauro Marini: “*el carácter internacional que la burguesía subimperialista pretende imprimir a su explotación, identifica la lucha de clase del proletariado brasileño con la guerra antiimperialista que se libra en el continente*” (MARINI, 1980: 105).

Referências

- BELLO, Walden (2005). The real meaning of Hong Kong: Brazil and India join the big boys' club. Focus on the Global South, 22 December 2005.
- CECEÑA, Ana Esther. Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites. In: Hegemonias e emancipações no século XXI (org.). Buenos Aires, CLACSO, 2005.
- DEPARTAMENTO DE ESTADO (2004). State's Derham Stresses Need for U.S.-Brazilian Effort on Trade. <http://www.embaixada-americana.org.br>.
- DEPARTAMENTO DE ESTADO. ESCRITÓRIO DE PROGRAMAS DE INFORMAÇÃO INTERNACIONAL (2005). Portos dos EUA e da América Latina devem se preparar para aumento de comércio. <http://livrecomercio.embaixadaamericana.org.br/?action=artigo&idartigo=775>.
- HERBAS CAMACHO, Gabriel e MOLINA, Silvia (2005). IIRSA y la integración regional. Revista del OSAL, año VI, n.17, mayo-agosto, pp.307-15.
- EL JUGUETE RABIOSO (2005). Edición de 1er de mayo.
- ESPINOSA-GONZALEZ, Gabriel (2005). Venezuela-Colombia crisis: where was Washington? February 16. <http://www.venezuelanalysis.com/articles.php?artno=1377>.
- FILS-AIMÉ, Marc-Arthur (2004). Haïti dans la violence des « chimères ». <http://www.alterinfos.org>. décembre 2004
- FOBOMADE (2003). Las venas del ALCA: Integración de la Infraestructura Regional de Sudamérica (IIRSA). Bolivia, un país de tránsito y de extracción de recursos. <http://www.fobomade.org.bo>.
- _____. (S/d). Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Sudamericana (IIRSA). <http://www.fobomade.org.bo>.

- GANDÁSEGUI, Marco A. (2005). América Latina y el imperialismo en el siglo XXI. Em ESTAY RENO, Jaime (comp.). *La economía mundial y América Latina. Tendencias, problemas y desafíos*, Buenos Aires, CLACSO.
- GOLINGER, Eva (2005). El código Chávez. Descifrando la intervención de Estados Unidos en Venezuela. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales.
- HIRST, Mônica e SOARES DE LIMA, Maria Regina (2006). Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. *International Affairs*, n.82, vol.1, pp.21-40.
- LANDER, Edgardo (2005). ¿Modelos alternativos de integración? Proyectos neoliberales y resistencias populares. *Revista del OSAL*, año V, n.15, septiembre-diciembre 2004, pp.45-56.
- LEHER, Roberto (2003). ALCA: uma estratégia imperialista no século XXI. *Revista Outubro*, Instituto de Estudos Socialistas, n.9.
- LOVE, Joseph (1998). Os caminhos rumo à dependência. Em *A construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MARINI, Ruy Mauro (1992). América Latina: dependência e integração. São Paulo, Editora Brasil Urgente.
- _____. (1980). Subdesarrollo y revolución. México, Siglo XXI. Décima edición [Primera edición 1969]
- _____. (1977). La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, n.12, México DF, abril-junio de 1977.
- _____. (1973). Dialéctica de la dependencia. México, Ediciones Era.
- _____. (1966). La interdependencia brasileña y la integración imperialista. *Monthly Review* en Castellano, Buenos Aires.
- MARTINS, Carlos Estevam (1975). Evolução da política externa brasileira na década 64/74. *estudos Cebrap*, São Paulo, n.12, pp.53-98, abr/jun.
- MÉSZÁROS, István (2004). O poder da ideologia. São Paulo, Boitempo Editorial.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto (2005). As relações perigosas: Brasil – Estados Unidos. De Collor a Lula. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

- OSAVA, Mario (2007). Energy: Brazil-US ethanol deal meets a multiplicity of needs. <http://www.globalinfo/eng/reader.asp?ArticleId=49195>. Acesso em maio de 2007.
- SADER, Emir (2006). A importância da vitória de Lula para a América Latina. <http://www.alainet.org/active/11135%lang=pt>. 4 de dezembro de 2006.
- SILVA, Luiz Inácio Lula da (2002). Discurso do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente eleito da República Federativa do Brasil, no “National Press Club”, em Washington, DC. Em *A política externa do Brasil* (2003). Brasília, IPRI.
- SPEKTOR, Matias (2007). Kissinger’s Experiment: devolution and Brazil (1969-1971). Trabalho apresentado em 31/01/2007, no Graduate Student Seminar da London School of Economics and Political Science.
- THALHEIMER, August (1950). *Grundlinien und Grundbegriffe der Weltpolitik nach dem zweiten Weltkrieg*. . 2 Auflage.
- ZIBECHI, Raúl (2006). Subimperialismo.br. ALAI – América Latina en Movimiento. 11/05/2006. <http://www.alainet.org>.
- ZIRKER, Daniel (1994). Brazilian foreign policy and subimperialism during the political transition of the 1980s. A review and reapplication of Marini’s theory. *Latin American Perspectives*, Issue 80, Vol.21, No.1, Winter 1994, pp.115-31.